

Protegemos o futuro, valorizando no presente.

Rua João Chagas, 53, 1º Dto
1495-764 Dafundo
Tel: 21 780 80 60

Email : embopar@embopar.pt
www.embopar.pt

BOLETIM INFORMATIVO Nº 84

junho de 2020

Notícias

Embopar elege novos Órgãos Sociais

Na Assembleia Geral da Embopar realizada no passado dia 5 de junho, foram eleitos para o mandato 2020-2022, os seguintes Órgãos Sociais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

-UNILEVER FIMA, Lda. (Presidente)
representada pelo Dr. António Casanova;

-APIM – Associação Portuguesa da Indústria de Moagem e Massas (Secretário)
representada pelo Eng. Rui Azevedo;

-PROBEB - Associação Portuguesa de Bebidas Refrescantes Não Alcoólicas (Secretário) representada pelo Dr. Francisco Furtado Mendonça.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

-Dr. António do Pranto Nogueira Leite (Presidente);

-SUMOL+COMPAL, S.A. (Vice-Presidente);
representada pelo Eng. António Rui Libório Frade;

-COCA-COLA European Partners Portugal,
Unipessoal, LDA. representada pelo Dr.
Márcio Paulo da Rocha Cruz;

-DANONE PORTUGAL, S.A. representada
pelo Dr. Pedro Marco Amendoeira Peixoto
Neves;

-LACTOGAL, S.A. Representada pelo Eng.
João Pedro Santos Gonçalves da Silva;

-L'ORÉAL PORTUGAL, Unipessoal, LDA.
representada pela Dr.ª Ana Sofia de Melo
Osório Amaral Aparício Lopes;

-NESTLÉ Portugal, Unipessoal, LDA.
representada pelo Dr. Gonçalo Maria
Salvado Coxito Granado;

-NOVADELTA, S.A. representada pelo Dr.
Tiago Miguel da Silva Ferreira;

-PESCANOVA (Portugal), LDA. representada
pelo Dr. António Carlos Alvarez Fernandes
Henriques;

-RENOVA, S.A. representada pelo Eng.
António Augusto de Andrade Tavares;

-SOCIEDADE DA ÁGUA DO LUSO, S.A.
representada pelo Dr. Nuno Francisco
Ribeiro Pinto de Magalhães;

-SOGRAPE VINHOS, S.A. representada pelo
Eng. Luís Manuel Simões da Silva;

-SOVENA PORTUGAL, S.A. representada
pelo Eng. José de Brito Ribeiro;

-SUPER BOCK GROUP, SGPS, S.A.
representada pelo Eng. Carlos César de
Morais Teixeira;

-UNILEVER FIMA, LDA. representada pelo
Eng. Miguel José Pires Jacinto de Mira.

CONSELHO FISCAL

-TABAQUEIRA, S.A. (Presidente)
representada pelo Dr. Rui David Fandango
Minhós;

-REFRESCOS ENVASADOS (Vogal)
representada pelo Dr. Tiago Leitão Santos
Lima;

-Dr. João Baptista Gouveia (R.O.C.);

-Dr. António Pedro Coelho (R.O.C. suplente)

Entretanto, para representar a Embopar no
Conselho de Administração da Sociedade
Ponto Verde (SPV), a empresa designou os
seguintes conselheiros:

- Prof. António do Pranto Nogueira Leite -
Presidente
- Eng. António Rui Libório Frade - Vice-
Presidente (SUMOL+COMPAL, S.A.)
- Eng. Carlos César de Moraes Teixeira
(SUPER BOCK GROUP, SGPS, S.A.)
- Eng. João Pedro Santos Gonçalves da Silva
(LACTOGAL, S.A)
- Dr. Gonçalo Maria Salvado Coxito Granado
(NESTLÉ Portugal, Unipessoal, LDA)
- Dr. Nuno Francisco Ribeiro Pinto de
Magalhães (SOC. DA ÁGUA DO LUSO, S.A.)

Tutela publica despacho que altera Licenças do SIGRE

Após alguns meses de espera, no final de
maio foi finalmente publicado em Diário da
República o despacho n.º 5615/2020 que
vem alterar os despachos anteriores
relativos à atribuição das licenças das
entidades gestoras do SIGRE.

Este documento, há muito anunciado, vem
atualizar o âmbito de atuação das entidades
gestoras a todas as embalagens primárias,
secundárias e terciárias não reutilizáveis,
incluindo as embalagens de serviço,
colocadas no mercado nacional e respetivos
resíduos de embalagens cuja
responsabilidade pela gestão está por lei

atribuída aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU).

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020, possibilita igualmente a base legal para que as entidades gestoras possam atualizar os contratos com os seus clientes (conforme sugerido pela SPV), cujo âmbito estava limitado às embalagens primárias e secundárias “multipack”.

Prevê ainda (também seguindo proposta da SPV) a realização de um estudo, coordenado pelo presidente da CAGER, aberto à participação dos SGRU, que permita caracterizar a realidade do universo de embalagens colocadas no mercado, por setor de atividade e respetivos resíduos de embalagens contidos nos resíduos urbanos. Os resultados do estudo deverão contribuir para a definição dos critérios a adotar para a revisão dos modelos de determinação dos valores de prestações financeiras, destinados a impedir a subsídição cruzada entre embalagens primárias, secundárias e terciárias, bem como assegurar uma justa distribuição de responsabilidades pelos diversos intervenientes do SIGRE, já a partir do próximo ano.

Reciclagem cresce 4%

Entre janeiro e maio deste ano, a Sociedade Ponto Verde (SPV) enviou para reciclagem cerca de 130 mil toneladas de embalagens usadas, representando um aumento de 4% relativamente ao período homólogo de 2019.

Estes resultados de recolha e em particular da recolha seletiva, demonstram que os portugueses mantiveram um comportamento assertivo face aos hábitos

de separação e reciclagem, apesar do contexto desafiante colocado pela pandemia e período de confinamento.

Segundo a SPV, tudo leva a crer que “O encerramento dos estabelecimentos Horeca (hotéis, restaurantes e cafés) e o maior consumo dentro de casa, resultantes do estado de emergência decretado no país, não levaram à perda de hábitos de reciclagem por parte dos portugueses e isso demonstra que estes estão cada vez mais comprometidos com o processo”.

Por outro lado, os vários investimentos realizados nas infraestruturas de recolha e triagem já começaram a dar os seus frutos, tendo, por exemplo, o número de ecopontos espalhados por todo o território nacional atingido as 50 mil unidades (eram 40 mil).

SPV desenvolve nova iconografia para as embalagens

A Sociedade Ponto Verde (SPV) lançou recentemente uma nova iconografia de reciclagem que procura levar as empresas embaladoras e detentoras das marcas a ajudar o consumidor na hora de fazer a separação de resíduos. Além da indicação em que ecoponto deve ser colocada, cada embalagem terá informações precisas sobre o procedimento a adotar para se reciclar de uma forma mais correta.

Deste modo, questões como “devo separar o rótulo antes de colocar a garrafa no ecoponto?” ou “o que devo fazer à tampa?” estarão respondidas de forma simples e direta em cada embalagem. É disso exemplo uma embalagem de cereais, em que a iconografia passará a indicar o que fazer com o saco de plástico interior

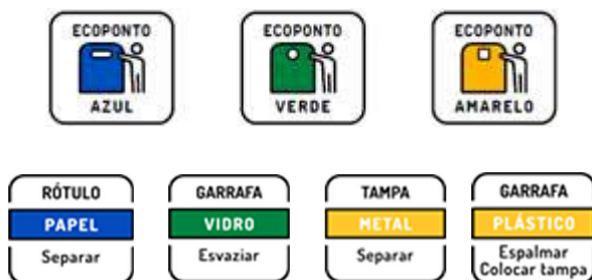
(separar da caixa e colocar no ecoponto amarelo) e com a caixa de cartão (espalmar e colocar no ecoponto azul).

Os novos ícones já estão disponíveis para aplicação, podendo as empresas contar com o apoio técnico e especializado da SPV na transição para esta iconografia.

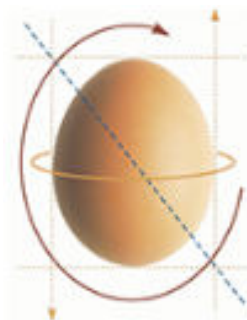
Para a concretização desta iniciativa, foi fundamental a utilização das ferramentas de *ecodesign* desenvolvidas pelo projeto Ponto Verde LAB, uma iniciativa da SPV que tem como foco principal fomentar a reciclabilidade das embalagens (www.pontoverdelab.pt).

A SPV tem apostado forte na investigação, desenvolvimento e inovação para que, em conjunto com as empresas, se possa promover uma maior eficiência nos processos de reciclagem.

Segundo explicou Ana Trigo Morais, CEO da SPV, “esta nova iconografia, que disponibilizamos agora para que as marcas possam aplicar nos seus produtos, é a materialização disso mesmo. Ao ajudar o consumidor a perceber melhor os procedimentos de separação de materiais, estamos a introduzir grandes melhorias nas diversas fases da cadeia de gestão de resíduos de embalagem, desde a recolha, triagem e reciclagem. Uma necessidade que se torna especialmente premente quando teremos pela frente grandes desafios para cumprimentos de metas nesta área”.



webinar promove reciclabilidade e *ecodesign* das embalagens



Investigação e inovação na área das embalagens e mais informação para os consumidores é o caminho a seguir para se obterem melhores resultados de reciclabilidade e contribuir para se atingirem os objetivos da economia circular. Estas foram algumas das conclusões do webinar “Talk4Recycling”, organizado pela Sociedade Ponto Verde (SPV) ao qual assistiram mais de 350 pessoas e que reuniu empresas, academia e especialistas em torno da reciclabilidade.

Na sessão de abertura, a CEO da SPV salientou que “Temos perante nós um consumidor que irá cada vez mais pedir às marcas que reflitam os seus ideais e as suas preocupações, em temas como o consumo sustentável e a embalagem”, assegurando que este é um desafio “para o qual podem contar com a SPV”.

A mesa-redonda “Importância da redução e de uma maior reciclabilidade”, que juntou empresas como a L’Oréal, a Sumol+Compal, a Sonae e a investigadora Ana Pires, foi um dos pontos mais marcantes do debate. O balanço da

reciclabilidade é positivo, embora se mantenha a ressalva de que muito ainda pode ser feito em termos de *ecodesign*, otimização de embalagens e sensibilização ao consumidor.

Nesta área, ficou novamente patente a necessidade de uma colaboração próxima e constante entre as marcas que colocam embalagens no mercado e a Sociedade Ponto Verde.

Sociedade Ponto Verde ajuda a reduzir a poluição dos oceanos

O grande vencedor da edição do concurso Ocean's Calling promovido pela Sociedade Ponto Verde, foi o projeto Seaclic, da Storopack.

Este projeto visa desenvolver uma embalagem para produtos alimentares sensíveis (peixe) tão eficiente como a atual, fabricada a partir de EPS (esferovite), mas propondo uma alternativa em termos de utilização, produção e fim de vida.

A última etapa deste projeto, prevista ainda para este ano, consistirá no desenvolvimento de uma nova tecnologia de moldagem que possibilite reduzir os custos de produção do Seaclic.



A atribuição do prémio no valor de 25 mil

euros a este projeto vencedor, representa o contributo da Sociedade Ponto Verde para estimular, na cadeia de valor das embalagens, soluções alternativas que evitem o aparecimento de plástico no meio marinho, sendo fundamental continuar a alertar para o impacto diário das nossas ações e recordar a sua importância para a vida humana e para a biodiversidade das espécies e conservação das áreas marinhas.

O concurso Ocean's Calling, inserido no projeto OCEANWISE, decorreu entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020, tendo sido recebidas várias candidaturas em resposta ao desafio lançado.

O OCEANWISE, projeto co-financiado pelo Interreg Atlantic Area, é coordenado pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Conta com um total de 13 parceiros de 5 países distintos: Portugal, Irlanda, França, Espanha e Reino Unido.

CE adotou novo Plano de Acção para a Economia Circular

A Comissão Europeia (CE) adotou, em março passado, um novo Plano de Ação para a Economia Circular — o novo roteiro da Europa para o crescimento sustentável no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.

Propondo várias medidas a aplicar ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos, o novo plano de ação visa preparar a economia europeia para um futuro verde, reforçando a competitividade, mantendo a proteção do ambiente e concedendo novos direitos aos consumidores. Com base nos trabalhos realizado desde 2015, o novo plano centra-

se nas fases de conceção e produção, a fim de assegurar que os recursos utilizados sejam mantidos na economia da UE durante tanto tempo quanto possível.

O plano e as iniciativas nele previstas serão desenvolvidas com a participação estreita da comunidade empresarial e das partes interessadas.

Na apresentação do documento, Frans Timmermans, vice-presidente executivo do Pacto Ecológico Europeu, realçou que “se pretendemos alcançar a neutralidade climática até 2050, preservar o nosso ambiente natural e reforçar a nossa competitividade económica, temos de criar uma economia totalmente circular. Atualmente, a nossa economia é, ainda, quase totalmente linear, e apenas 12 % dos materiais e dos recursos secundários são reintroduzidos na economia. Muitos são os produtos que se avariam de forma demasiada rápida, não podem ser reutilizados, reparados ou reciclados ou são concebidos para serem utilizados uma única vez. Existe um enorme potencial a explorar tanto no que se refere às empresas como aos consumidores. Graças ao plano hoje apresentado, lançamos ações com vista a transformar a forma como os produtos são fabricados e a dar aos consumidores os meios que lhes permitam fazer escolhas sustentáveis em seu próprio benefício e em benefício do ambiente.”

A transição para uma economia circular está em curso e muitas empresas pioneiras, consumidores e autoridades públicas europeias já aderiram a este modelo sustentável. A Comissão garantirá que a transição para a economia circular proporcione oportunidades para todos, sem deixar ninguém para trás. O Plano de Ação

para a Economia Circular agora apresentado no quadro da estratégia industrial da UE proporá medidas que visam os seguintes objetivos:

-Fazer com que os produtos sustentáveis passem a ser a norma na UE. A Comissão vai propor nova legislação em matéria de sustentabilidade dos produtos, a fim de garantir que os produtos colocados no mercado da UE sejam concebidos para durar mais tempo, sejam mais fáceis de reutilizar, reparar e reciclar e contenham, tanto quanto possível, materiais reciclados em substituição de matérias-primas primárias. Serão impostas restrições aos produtos de utilização única, a obsolescência prematura será combatida e a destruição dos bens duradouros não comercializados será proibida.

-Capacitar os consumidores. Os consumidores terão acesso a informações fiáveis sobre questões como a reparabilidade e a durabilidade dos produtos, a fim de os ajudar a fazer escolhas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os consumidores beneficiarão também de um verdadeiro “direito à reparação”.

-Concentrar a ação nos setores que utilizam a maior parte dos recursos e em que o potencial para a circularidade é elevado. A Comissão vai lançar medidas concretas nos seguintes setores:

-eletrónica e TIC — uma «Iniciativa sobre a Eletrónica Circular» que permitirá prolongar a vida útil dos produtos e melhorar a recolha e o tratamento de resíduos;

-baterias e veículos — novo quadro regulamentar para as baterias a fim de reforçar a sustentabilidade e estimular o

potencial de contribuição das baterias para a economia circular;

-embalagens — novos requisitos obrigatórios que definam os tipos de embalagens que podem ser colocadas no mercado da UE, incluindo a redução das práticas de sobre-embalagem;

-plásticos — novos requisitos obrigatórios no que toca ao teor de materiais reciclados e uma atenção especial aos microplásticos, bem como aos plásticos de base biológica e biodegradáveis;

-têxteis — uma nova estratégia da UE para os têxteis destinada a reforçar a competitividade e a inovação no setor e a impulsionar o mercado da UE para a reutilização dos têxteis;

-construção e edifícios — uma estratégia global para a sustentabilidade do ambiente construído que promova a aplicação de princípios de circularidade aos edifícios;

-alimentos — nova iniciativa legislativa em matéria de reutilização dos produtos, com vista a substituir as embalagens, artigos para serviço de mesa e talheres de utilização única utilizados no setor da restauração por produtos reutilizáveis.

-Garantir a diminuição dos resíduos. Será dada prioridade à prevenção da produção de qualquer tipo de resíduos e à sua transformação em recursos secundários de elevada qualidade, que tirem partido do bom funcionamento do mercado das matérias-primas secundárias. A Comissão vai investigar a possibilidade de criar um modelo harmonizado, à escala da UE, para a recolha seletiva dos resíduos e a rotulagem dos produtos. O Plano de Ação propõe igualmente uma série de medidas destinadas a reduzir ao mínimo as exportações de resíduos da UE e a combater as transferências ilegais.

O Pacto Ecológico Europeu, apresentado pela Comissão Von der Leyen em 11 de dezembro do ano passado, define um roteiro ambicioso para uma economia circular com impacto neutro no clima, em que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos. Uma economia circular reduz a pressão sobre os recursos naturais e constitui uma condição prévia para alcançar o objetivo de neutralidade climática até 2050 e travar a perda de biodiversidade. Metade das emissões de gases com efeito de estufa e mais de 90 % da perda de biodiversidade e da pressão sobre os recursos hídricos resultam da extração e da transformação de recursos.

A economia circular trará benefícios líquidos positivos em termos de crescimento do PIB e de criação de emprego, uma vez que a aplicação de medidas ambiciosas em matéria de economia circular na Europa pode, até 2030, provocar um aumento adicional de 0,5 % do PIB da UE e a criação de cerca de 700 mil novos postos de trabalho.

Ministério do Ambiente quer acelerar estratégia para os biorresíduos

Segundo o jornal Água&Ambiente, o Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC) está a desenvolver todos os esforços para poder apresentar, o mais rapidamente possível, a estratégia para os biorresíduos, que terão de ser obrigatoriamente recolhidos até ao final de 2023.

Partindo do trabalho realizado na legislatura anterior, nomeadamente as bases para uma estratégia de biorresíduos, o PERSU

2020+, o PAEC (Plano de Ação para a Economia Circular), o MAAC tem vindo a desenvolver um conjunto de orientações para impulsionar o estabelecimento de uma rede de prevenção e recolha seletiva de biorresíduos.

O Governo quer que até final de 2021 Portugal tenha já desenvolvido e posto em prática algumas das medidas, nomeadamente a alteração ao Regime Geral de Gestão de Resíduos.

O MAAC lembra que se trata de uma mudança complexa com muita incerteza associada que envolve vários agentes, a começar no Estado e a terminar no cidadão. A tutela adianta que promoveu a discussão com municípios, comunidades intermunicipais, Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos e algumas empresas e associações no sentido de avaliar em conjunto a forma como Portugal pode responder a este novo desafio.

A tutela pretende ainda introduzir um programa nacional de formação, dirigido aos municípios, visando uma maior capacitação e profissionalização das entidades gestoras.

O MAAC quer ajudar ainda ao levantamento de informação e elaboração do diagnóstico para a definição de um Plano de Ação e de Investimento para a operacionalização da recolha seletiva de biorresíduos, a ser elaborado para os municípios ou entidade responsável pela recolha seletiva de biorresíduos.

Está também prevista a constituição de um Grupo de Trabalho que irá desenvolver o novo ciclo de planeamento ao nível dos resíduos para 2030 (Plano Nacional de Gestão de Resíduos e Plano Estratégico de Resíduos Urbanos).

As fases seguintes serão focadas nas alterações ao regime tarifário e na concretização dos investimentos e suporte adicional via Fundo Ambiental, nomeadamente ao nível da comunicação e adesão dos cidadãos, e preparação do próximo ciclo comunitário de investimentos.

Segundo o MAAC, "Para abordar esta recolha teremos de olhar para lá do potencial técnico. No entanto, deve-se procurar sempre satisfazer critérios de custo-eficácia, exigência que se pretende reforçada em futuros financiamentos".

Ponto de situação do SIGRE

Caso pretenda alguma informação, por favor, contacte diretamente a Embopar.

Obrigado